

# Casais homoafetivos conseguem licença-maternidade na adoção de crianças

**(CNJ, 25/08/2015)** Há quatro meses o supervisor de *call center* Fernando Furquin não dorme direito, mas nunca esteve tão feliz. Ele e seu companheiro adotaram um casal de irmãos de oito e nove anos de idade, e Fernando obteve licença-maternidade para adaptar as crianças à nova família no primeiro quadrimestre após a adoção. Fernando é um dos 35 homens brasileiros que conseguiu a licença-maternidade em 2015, destinada a homens que adotam - sejam casais homoafetivos ou homens solteiros - e a pais de crianças cuja mãe morreu durante o parto. De acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que concede o benefício, atualmente apenas nove homens estão recebendo a licença-maternidade.

O novo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça em março, tem facilitado a adoção de crianças no país, simplificando operações e possibilitando cruzamento de dados mais rápido e eficaz. Com a nova tecnologia, no momento em que um juiz preenche a ficha de uma criança, ele já é informado pelo sistema se há pretendentes na fila de adoção para aquele perfil. O mesmo acontece se ele está preenchendo a ficha de um pretendente e há crianças que atendem àquelas características.

**Flexibilização das exigências** - Atualmente há 34.025 pretendentes cadastrados à adoção e 6.122 crianças cadastradas - apesar do número de pretendentes ser maior do que o de crianças, a conta não fecha devido às exigências dos candidatos à adoção, especialmente em relação à idade da criança. No entanto, muitos pretendentes acabam flexibilizando as exigências enquanto esperam por um filho, como ocorreu com Fernando e seu companheiro, habilitados há dois anos.

Ao se cadastrarem para a adoção, eles pretendiam ser pais de uma menina de no máximo dez anos, mas acabaram viajando de Curitiba/PR, onde residem, até a cidade de Foz do Iguaçu, para adotar dois irmãos que estavam

na unidade de acolhimento há quatro anos. De acordo com Fernando, ter conseguido a licença-maternidade de quatro meses foi fundamental para a adaptação das crianças ao novo lar e à nova escola. “O período de licença foi muito importante para que eles entendessem a composição de nossa família, o papel de cada um. Também foi muito bom para eles chegarem da escola todos os dias e terem o pai esperando nesse início”, conta Fernando.

**Emissão de licença** - Fernando conta que o procedimento para obter a licença-maternidade foi extremamente simples e rápido e que não enfrentou nenhum tipo de preconceito em seu atendimento no INSS. De acordo com o órgão, o homem ou a mulher que adotar uma criança de até 12 anos de idade deve requerer o salário-maternidade diretamente no INSS, independentemente da sua relação de trabalho (empregado, autônomo, empregado doméstico, entre outros). O benefício será pago, durante 120 dias, a qualquer um dos adotantes, sem ordem de preferência, inclusive nas relações homoafetivas. No entanto, será concedido apenas um salário-maternidade para cada adoção, ainda que ambos se afastem do trabalho para cuidar da criança.

No caso de adoção, o requerente deverá apresentar o termo de guarda para fins de adoção, a partir do qual, em geral, a criança é entregue ao adotante. Também é pressuposto para a concessão do benefício de salário-maternidade o afastamento da atividade exercida. No caso de óbito da mãe, que seria a titular originária do direito ao benefício, poderá ser transferido ao pai caso também seja contribuinte e comprove o vínculo de cônjuge ou companheiro com a mãe falecida.

*Luiza de Carvalho Fariello*

**Acesse no site de origem:** [Casais homoafetivos conseguem licença-maternidade na adoção de crianças \(CNJ, 25/08/2015\)](#)

---

# Mulher tem direito à estabilidade provisória ao iniciar processo de adoção

**(ConJur, 12/08/2015)** A trabalhadora que iniciar um processo de adoção de recém-nascido tem direito à estabilidade provisória e, conseqüentemente, à licença-maternidade. Esse foi o entendimento da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao condenar uma financeira a pagar indenização a uma analista de sistema de Jundiaí (SP) demitida seis dias após dar entrada em um processo de adoção.

A decisão do TST reformou entendimento das instâncias anteriores, que consideraram que a mulher não tinha direito à licença-maternidade, porque a adoção não estava concluída no momento da dispensa. Para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sediado em São Paulo, o termo inicial da estabilidade da adotante é o trânsito em julgado da sentença no processo de adoção, uma vez que a guarda da criança pode ser revogada a qualquer tempo.

A analista, demitida em 11 de junho de 2008, começou no dia 5 daquele mesmo mês o processo de adoção de um menino recém-nascido no Maranhão. No dia seguinte à demissão, saiu o termo de guarda e responsabilidade provisória do menor. Ela disse ter informado diversas vezes à chefia o processo de adoção, inclusive porque precisaria de permissão para viajar a outro estado. Alegou ainda que foi demitida durante a vigência da licença-maternidade, o que é proibido.

No recurso no TST, a empregada alegou ter os mesmos direitos de uma grávida e sustentou que a lei que garante a licença-maternidade à adotante não especifica se ela é devida a partir da guarda (provisória ou definitiva) ou do trânsito em julgado da decisão. Em sua defesa, a empresa argumentou que não tinha conhecimento do processo de adoção quando dispensou a funcionária.

Para o ministro Alexandre Agra Belmonte, relator do recurso, o entendimento do TRT-2 contrariou os objetivos do artigo 392-A, *caput* e parágrafo 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, que confere à adotante o direito à licença-maternidade de 120 dias.

Ele esclareceu que, para que a mãe possa usufruir da licença-adotante sem o risco de ser despedida, é preciso que ela também seja beneficiada pela estabilidade provisória prevista no artigo 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, “a fim de que não ocorra o que aconteceu no caso”.

Belmonte frisou que, assim como a estabilidade do dirigente sindical tem início a partir do registro da candidatura, e não da eleição, a da mãe adotante tem início a partir do requerimento de adoção, e não da sentença transitada em julgado ou mesmo da guarda provisória concedida pela Vara da Infância e Juventude.

Quanto à alegação da financeira, o relator observou que “seria muita coincidência” acreditar que a empresa desconhecia o processo de adoção e despediu a trabalhadora exatamente um dia antes da concessão da guarda provisória. “Exatamente para afastar alegações desse tipo, que eram comuns em relação à gestante, aplica-se aqui, em última análise, a mesma solução dada à grávida, pela jurisprudência trabalhista”, afirmou Belmonte.

*Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

***Acesse no site de origem: [Mulher tem direito à estabilidade provisória ao iniciar processo de adoção \(ConJur, 12/08/2015\)](#)***

---

# Supremo do México apoia a adoção por casais homossexuais

*(El País, 11/08/2015)* O México segue avançando na equiparação de direitos para casais gays. O Supremo Tribunal de Justiça da Nação decidiu favoravelmente, nesta terça-feira, ao direito de que eles adotem crianças. A decisão do tribunal declarou inconstitucional um artigo da lei sobre uniões de facto do Estado de Campeche, que proibia que qualquer casal registrado nessa modalidade jurídica pudesse adotar.

Com uma maioria de nove dos 10 juizes, a decisão abre a porta para solidificar definitivamente esse direito em nível federal pela via da unificação da doutrina contra os recursos de amparo. Durante as sessões prévias à votação final, o presidente do tribunal, Luis María Aguila, defendeu a decisão com argumentos que citavam, além dos direitos dos casais homossexuais, o interesse da criança. “Eu não vejo nenhum problema que uma criança seja adotada dentro de uma sociedade de convivência que tem precisamente este objetivo. Preferimos ter crianças na rua? De acordo com as estatísticas, elas já são mais de 100.000. Estamos atentos, claro, e talvez com tanta ou mais intensidade, aos interesses da criança”.

A única voz discordante, o ex-procurador-geral da República, Eduardo Medina Mora, considerou que não havia tal discriminação já que as sociedades de convivência regulam igualmente os casais heterossexuais e homossexuais. “Me parece que a inconstitucionalidade existe, basicamente, porque estão sendo discriminadas as pessoas homossexuais; está disfarçada de uma maneira sutil, inteligente, mas isso é o que está por trás dessa legislação”, respondeu o presidente do tribunal.

O México sobe um degrau, depois do grande passo dado em junho, com o reconhecimento do casamento gay. Em uma sentença histórica, o Supremo Tribunal respaldou de forma definitiva essas uniões e as equiparou totalmente às heterossexuais. A decisão terminou com a dispersão legal em torno à questão ao considerar inconstitucional qualquer norma que estabelece que a finalidade do casamento é a procriação ou que o defina

como a união entre um homem e uma mulher. Esta doutrina significa, na prática, sua legalização e coloca o México na órbita da Argentina, Brasil e Uruguai.

*David Marcial Pérez*

***Acesse no site de origem: [Supremo do México apoia a adoção por casais homossexuais \(El País, 11/08/2015\)](#)***

---

## **Alagoas é o 2º a realizar uma adoção homoafetiva legalmente**

(CNJ, 29/05/2015) A vida do casal paulista Yvan Silva e Andrew Rodrigues, que escolheu Maceió como lar há cinco anos, ganhou um novo sentido com a chegada de Arthur (nome fictício), adotado em 2013 por meio do Poder Judiciário de Alagoas. O menino, que na época tinha um ano e oito meses, estava no Lar de Amparo à Criança para Adoção (Lacca) quando os novos pais o viram pela primeira vez e já o reconheceram como o filho pretendido.

“Viemos fazer uma visita à família do Andrew e decidimos que voltaríamos para montar nosso salão aqui. Estamos juntos há 11 anos e desde o início da relação pensávamos em ter um filho, ainda sem saber como isso seria possível. Em Maceió procuramos a 28ª Vara para entregar a documentação necessária e começamos a visitar alguns abrigos, a exemplo do Rubens Colaço, mas foi no Lacca que vimos nosso filho pela primeira vez, ainda aprendendo a andar, ao olharmos através da abertura da caixa de correio, em um momento único. Sabíamos que seria aquele menino”, contou Yvan.

No entanto, ao procurar detalhes sobre a situação da criança, o casal foi informado que ela já estava prestes a ser adotada. “Ficamos tristes, mas continuamos visitando o local, até que soubemos que a guarda provisória do Arthur havia sido concedida a outra pessoa. Dois meses depois, ficamos

sabendo por meio da Jussara, assistente social da 28ª Vara, que ele tinha sido devolvido. Foi aí que nossa esperança de adotá-lo voltou. Lembro que o Yvan falou: 'É meu filho', contou Andrew.

As visitas à criança se seguiram, até que o casal começou a conviver com ela nos finais de semana e dois meses depois recebeu a guarda provisória. "Nem acreditamos quando isso aconteceu, foi tão rápido, embora todo o processo, desde a primeira vez que o vimos, tenha durado exatamente nove meses. A guarda definitiva veio depois de um ano que estávamos com ele", destacou Yvan.

**Convivência** - Hoje, com quatro anos de idade, Arthur é uma criança alegre e inteligente, segundo relato dos pais, que mostram com orgulho as fotos com o filho. O preconceito, muitas vezes usado pela sociedade para justificar a não aceitação da adoção homoafetiva, não influi na vida da família.

"Ele estuda em uma escola evangélica e lá, tivemos muito apoio. Quando fomos fazer a matrícula, conversamos com a diretora, explicando a situação e ela disse que não haveria problema, pois lá havia uma criança com duas mães. Eles tentam adaptar tudo, inclusive no dia das mães o nosso filho fez duas flores azuis para nós", relatou Yvan.

Sobre a adoção, o cabeleireiro fala que, na verdade, os adotados são os pais. "A criança é que te escolhe. Adotamos por amor incondicional e não pensamos no preconceito, pois ele existe por parte de muitas pessoas acerca das relações homoafetivas e até por conta do Arthur ser negro. Ficamos felizes, pois servimos de exemplo para outros casais, que nos procuram para saber como procedemos. Dizemos ao nosso filho que ele tem dois pais e que as mulheres são as tias, explicamos essas coisas para que ele tenha uma vida normal e buscamos passar valores familiares. As pessoas que o conheceram antes da adoção diziam que ele não sorria e quando o veem agora, afirmam que ele é outra criança", disse Yvan.

Já Andrew ressalta que as alegrias e realizações que o filho trouxe compensam. "Criar é fácil, mas educar é difícil. Como pais estamos bem resolvidos e cientes da responsabilidade. O Arthur é como nosso filho biológico, foi uma gestação. Tem uma moça que ajuda a cuidar dele enquanto

estamos trabalhando. Antes de adotá-lo, pesamos muitas coisas, pensamos em como seria nossa vida com uma criança, pois viajamos muito, mas fizemos a escolha certa “, disse.

**Procedimento** - A assistente social da 28ª Vara Cível da Capital - Infância e Juventude - Jussara Pacheco explicou que o procedimento para que os casais homoafetivos se habilitem para adotar é o mesmo utilizado para casais heterossexuais e destacou a satisfação em acompanhar o processo de adoção de Arthur.

“A documentação exigida é a mesma e aqueles que desejam se habilitar devem procurar a Vara da Infância local. Quando o Yvan e Andrew adotaram o Arthur foi só felicidade, todos estavam torcendo muito para que isso acontecesse. Lembro como eles ficaram quando a guarda da criança foi dada a um outro homem, que desistiu um mês depois, alegando que não tinha condições de cuidar dela. O Arthur teve que voltar pra o abrigo onde ficou por um mês e foi muito doloroso. Antes deles ainda havia outros dois casais na fila, que não quiseram ficar com a criança, acredito que foi porque ela tinha mesmo que ser filha do Andrew e do Yvan”, afirmou a assistente social.

Jussara ressaltou a sensibilidade do magistrado que, na época, realizou a adoção. “O juiz da infância sempre foi favorável a essa adoção, embora fosse uma coisa nova. As audiências foram realizadas normalmente até que saiu a guarda definitiva”, contou.

Segundo a assistente social, outros casais homoafetivos têm procurado a 28ª Vara pretendendo adotar, muitas vezes, crianças com idade mais avançada ou com características físicas diferentes do perfil sugerido, a exemplo da cor da pele. Ela ressalta que esse padrão deve ser abandonado, principalmente porque não condiz com a realidade das crianças e adolescentes que estão nas entidades de acolhimento.

“Tivemos um casal de mulheres que adotou recentemente e um caso de adoção unilateral, em que a mulher quer adotar o filho da companheira. O que mais falamos no curso para adotantes é que as pessoas devem ampliar o perfil, que corresponde a meninas brancas de zero a três anos. São vidas e não dá pra brincar de casinha. Não adianta escolher demais, pois não



escolhemos filhos biológicos e vivemos em um país de pessoas pardas e negras e não loiras de olhos azuis”, ressaltou a assistente social.

**Legislação** - Em comemoração ao Dia Nacional da Adoção (25 de maio), a Corregedoria-Geral da Justiça de Alagoas, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai) e a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ) destacam as adoções homoafetivas no Estado, que foi o segundo do país a realizar o procedimento legalmente, reafirmando que os laços familiares independem de certos preceitos sociais.

A primeira adoção feita por um casal homoafetivo ocorreu em 2005, em São Paulo, motivando vários outros casos, embora o mais comum ainda seja a adoção feita por casais heterossexuais. Para reforçar a legitimidade de tais adoções, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como um núcleo familiar como qualquer outro e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a possibilidade dos casais homossexuais adotarem.

*Fonte: TJAL*

**Acesse no site de origem:** [Alagoas é o 2º a realizar uma adoção homoafetiva legalmente \(CNJ, 29/05/2015\)](#)

---

## **‘Ninguém mais pode dizer que não somos uma família’**

**(BBC Brasil, 09/04/2015)** O paranaense Toni Reis e seu marido, o inglês David Harrad, estão acostumados a estar na linha de frente da luta pelos direitos LGBT no Brasil.

Em 2005, com base em um pedido feito por eles, o Conselho Nacional de Imigração concedeu pela primeira vez a um estrangeiro o direito de permanecer no país por ter uma união com um brasileiro do mesmo sexo.

Seis anos mais tarde, eles foram o primeiro casal gay do Paraná - e um dos primeiros do Brasil - a ter a união estável reconhecida em cartório.



Toni e David adotaram Alysson (esq.), de 14 anos, Felipe, de 9 anos, e Jéssica, de 11 anos (Foto: Arquivo Pessoal)

Agora, os dois novamente abrem um precedente. No fim de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu de forma inédita, em uma ação movida por Reis e Harrad, o direito de adoção por casais homossexuais.

Esta questão ainda não é tratada especificamente em lei no país e depende da avaliação individual de cada juiz à frente de casos de adoção. Agora, a posição do STF poderá orientar o julgamento de outros processos semelhantes, apesar de não ter de ser obrigatoriamente seguida por juízes de instâncias inferiores.

No depoimento a seguir à BBC Brasil, Reis, que é ex-presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e fundador da ONG Dignidade, avalia a importância desta decisão e comenta sobre o processo de dez anos até ela.

“No dia 20 de março, estava com meu marido em casa quando recebemos um email de nossa advogada. David leu a mensagem, começou a chorar e disse:

'Vencemos'. O Supremo Tribunal Federal havia decidido que casais gays devem ser reconhecidos como família e que, portanto, têm direito à adoção. Acabamos comemorando em dose dupla, pois no dia seguinte celebraríamos nossas bodas de prata (25 anos de união).

Achávamos que íamos ganhar a causa, mas é como diz o ditado: a Justiça tarda. Levou dez anos, mas tivemos a decisão a nosso favor. Assim que soubemos, chamamos nossos três filhos e explicamos que agora somos não só uma família de fato, mas também por direito. É muito gratificante finalmente ter a proteção da Justiça. Faz você acreditar no país e nas instituições. Acaba não sendo uma vitória só nossa, porque reflete no coletivo. Foi uma vitória da cidadania.

Começamos a pensar em adotar no ano 2000. Era uma vontade de ambos, mas ficávamos inseguros, como acontece com qualquer pessoa quando uma decisão envolve a vida de outra. Ficávamos nos questionando se teríamos capacidade de educar. Se não estávamos sendo egoístas, porque esta criança poderia sofrer discriminação na escola.

Levamos cinco anos para amadurecer a ideia e, neste período, li mais de 20 livros sobre o assunto. Um deles questionava: 'Qual criança não é discriminada na escola?'. Elas ganham apelidos por serem muito magras ou gordas, por ter cabelo comprido ou espinha no rosto. Criamos coragem e decidimos seguir em frente.



Processo que manteve e adoção dos três filhos do casal levou dez anos para ser concluído (Foto: Arquivo Pessoal)

Em 2005, fomos o primeiro casal gay em Curitiba a dar entrada na documentação necessária para adoção. Passamos por entrevistas com psicólogas e assistentes sociais. Fomos a palestras sobre o que é ser pai. Assistimos a depoimentos em que casais explicavam os problemas que poderíamos enfrentar. Então, veio o parecer do juiz aprovando a adoção. Foi uma alegria.

Mas, ao fim de 14 páginas, na última linha, havia a condição de que a criança deveria ser menina e ter mais de 10 anos. Achamos estranho, pensando: 'Será que é preconceito? Pensam que vamos abusar se for menino?'. Queríamos adotar uma criança do sexo e com a idade que desejássemos. Não seria uma imposição do Judiciário que determinaria isso.

Recorremos ao Tribunal de Justiça do Paraná, que concordou com a gente por unanimidade. Mas uma promotora estadual entrou com um recurso em que dizia que não constituímos família e que, por isso, não poderíamos adotar em conjunto.

Neste momento, ainda não havia nenhuma criança envolvida no processo, pois uma pessoa ou casal só pode dar início aos procedimentos para adoção de uma criança específica depois de ser aprovado por um juiz.

Diante deste impasse no nosso processo, estávamos impedidos de adotar no Paraná. Mas não em outros estados, já que não havia uma lei no país tratando especificamente da adoção por casais gays. Com isso, a decisão em cada caso varia de acordo com a avaliação desta questão pelo juiz à frente do processo.

Tanto que, neste meio tempo, em 2010, uma juíza da vara da infância e da juventude do Rio de Janeiro favorável à adoção por casais gays nos conheceu e comentou com nossa advogada que tinha uma criança para adotarmos: um menino bacana de 10 anos, negro e que gostava muito de falar inglês. Fomos ao Rio conhecer Alysson.



Adoção por casais homossexuais no país ainda depende de avaliação individual de juízes (Foto: Arquivo pessoal)

A princípio, ele não queria ir ao nosso encontro. Dizia ter ‘nojo de gays’. Tivemos uma conversa para explicar que somos gays. Ele disse que éramos ‘gente boa’, mas que gays ‘eram ruins’. Depois, entendemos que ele aprendeu isso nos abrigos por onde passou, onde diziam que gays eram pecadores e pedófilos, algo ‘do demônio’, que estupravam crianças e que eram pessoas más com ‘sentimentos imundos’.

Ficamos encantados com Alysson já no primeiro encontro. Perguntamos o

que ele queria ser: 'Quero ser médico'. Hoje, ele diz ter respondido isso porque 'todo pai quer um filho médico', mas que na verdade quer ser dançarino ou coreógrafo.

Conseguimos a guarda definitiva de Alysso em 2012. Depois dele, já entramos com o pedido de adoção de mais duas crianças. Queríamos uma menina e fomos conhecer a Jéssica. Ela tinha um irmão. Ao nos conhecer, Felipe pulou no nosso colo e disse: 'Quero um pai, pode até ser gay, não tem problema'. Há um ano, temos a guarda provisória dos dois.

Hoje, estamos todos muito felizes e garantidos por lei como uma família. Dedicamos 24 horas por dia, sete dias por semana a eles. Fico pensando como um abrigo, por melhor que seja, pode atender bem tantas crianças. É como Alysso disse certa vez: 'Ninguém merece a Prefeitura como mãe e o Governo como pai'.



Filho mais velho aprendeu em abrigos que gays eram pessoas más com “sentimentos imundos” (Foto: Arquivo pessoal)

Quando Alysso chegou para nós, a psicóloga já havia avisado que poderia não ser heterossexual. Hoje, meu filho tem 14 anos é muito bem resolvido com esta questão. Diz que se apaixona por pessoas e já me contou que tem atração por meninos e meninas. Não me importo se pensarem que ele será

gay por nossa influência. Nunca valorizei isso nem disse a ele que ser homossexual é maravilhoso, porque é algo difícil em uma sociedade preconceituosa.

Da mesma forma que não valorizei quando o Felipe disse ser heterossexual. Ele falou para mim certo dia: 'Pai, tenho uma coisa para te contar. Adoro mulher. Sou hétero. Vai ter problema?'. Disse que só queria que tivesse caráter, fizesse faculdade, tivesse uma especialização e estudasse uma língua. A orientação sexual e identidade de gênero é uma questão particular deles.

Sei que coloco uma bandeira no meu rosto, mas faço isso com tranquilidade. Quando uma pessoa tem claro que ela é cidadã como qualquer outra, precisa lutar. Tivemos vitórias importantes ao longo destes anos, como quando o David teve seu direito a permanecer no país reconhecido por estar comigo. A principal veio em 2011, quando o STF decidiu a favor da união civil entre homossexuais. No dia anterior, achava que ganharíamos por sete votos a três. Acabou sendo unânime. Foi fantástico.



Toni Reis diz ter sido levado pela família a um médico a um pastor, a um padre e a um pai de santo para “curá-lo” da homossexualidade (Foto: Arquivo pessoal)

Sofri demais até os 21 anos de idade e não desejo isso nem a meu pior inimigo. Fui tratado como doente pela família, como pecador pela minha igreja e como um anormal pela sociedade. Minha mãe me levou ao médico, ao pastor, ao padre e a um pai de santo para me curar. Fiz de tudo para me livrar deste sentimento. Hoje, ser um ativista é uma forma de autoanálise. A vida me deu um limão e, com ele, fiz uma caipirinha com adoçante.

Aristóteles diz que a finalidade da vida é ser feliz. Então, vou marchar pela minha felicidade, sem dar ouvido aos fundamentalistas. Fui perseguido por um homem por e-mail e nas redes sociais durante dois anos. Dizia que ia me matar porque eu estava ameaçando a família brasileira.

Ainda vou lutar mais. Quero ver a homofobia criminalizada. Não desejo ver ninguém morto ou expulso de casa por causa da sexualidade. Espero que daqui a 20 anos falemos: 'Naquele tempo, as pessoas tinham um problema com isso'. Temos que deixar este mundo melhor. Estamos fazendo nossa parte.



Casal diz querer continuar lutando pela criminalização da homofobia no Brasil (Foto: Arquivo Pessoal)

Sei que estamos num período de trevas no Congresso Nacional em que fundamentalistas querem nos quitar direitos por meio do Estatuto da Família



que está sendo avaliado por uma comissão da Câmara dos Deputados. Quando ouço o discurso de alguns políticos contra homossexuais, penso: 'Eles têm de ler mais livros'. Tenho medo de pessoas de um livro só. Fui criado na Igreja Católica e respeito muito a Bíblia, mas ela não deve ser privatizada por um setor da sociedade.

Na verdade, estes fundamentalistas estão correndo atrás do prejuízo, porque ganhamos todas na Justiça nos últimos 15 anos. Mas não acredito em retrocesso. Estes políticos defendem estas visões para conquistar o voto conservador. Mas, hoje, as instituições são sólidas. O STF não está nem aí para a bancada evangélica. Podem fazer procissão na frente da corte que sua posição não vai mudar.

De agora em diante, ninguém neste país pode apontar o dedo para nós e dizer que não somos uma família. Independentemente de qualquer opinião, é o que diz a Justiça. É melhor aceitar que dói menos."

*Rafael Barifouse*

***Acesse no site de origem: ['Ninguém mais pode dizer que não somos uma família' \(BBC Brasil, 09/04/2015\)](#)***

---

## **As novas famílias: histórias que representam algumas das configurações familiares no Brasil**

***(O Globo, 29/03/2015)*** Conheça as histórias, repletas de alegrias e conflitos, que representam algumas das configurações familiares cada vez mais comuns no Brasil

Marcos amava Fabio que sonhava em ter um filho. Sem planejar, o casal acabou adotando dois. Carol queria ser mãe, e Kika também. Lilian não tinha namorado ou marido, mas resolveu engravidar. A mãe foi a companhia em todas as consultas médicas. Com Adriano, não conhecer pessoalmente os sogros e ter tido uma educação bem diferente da mulher, a canadense Eve, não foram motivos para impedir o casamento deles. Fabiana tinha dois filhos; Gian, outros dois. Foram morar juntos com os quatro, a mãe dela, e ainda tiveram mais dois meninos. Estas histórias, que você conhece aqui embaixo, talvez até sejam difíceis de serem entendidas logo de primeira, mas representam algumas das configurações familiares cada vez mais comuns no Brasil, que já ultrapassam, segundo o último Censo do IBGE, o tradicional núcleo mãe, pai e filho.

— São arranjos que, de uma forma ou de outra, já existiam, mas não eram expostos ou as pessoas preferiam não comentar — analisa a psicanalista Mônica Donetto Guedes, autora do livro “Em nome do pai, da mãe e do filho”, que destaca a importância do debate dentro e fora do contexto familiar. — Acho que só assim é possível amenizar os problemas, que serão inevitáveis em formações tão diversas e complexas.

Se antes eram assunto tabu, as novas famílias servem de inspiração para novelas como “Babilônia”. Em contrapartida aos fatos reais e da ficção, um polêmico projeto de lei, denominado Estatuto da Família e “ressuscitado” na Câmara dos Deputados, determina que somente a união entre um homem e uma mulher pode constituir uma família, proibindo a adoção por casais homoafetivos. O resultado de uma enquete do portal da Câmara, no ar desde o mês passado, mostra que 53% dos que responderam concordam com a definição de família proposta pelo projeto.

— Os desafios tendem a ser minimizados ao longo do tempo, mas o preconceito existe e é preciso um cuidado especial com as crianças que têm famílias fora do convencional — diz Junia Vilhena, professora de Psicologia Clínica da PUC-Rio.

Enquanto isso, internautas se mobilizam contra o estatuto usando *hashtags* como #emdefesadetodasasfamílias e #nossafamiliaexiste.

— O casamento não deve ser encarado como uma questão de gênero. O elo do afeto é que caracteriza uma família — opina Carlos Tufvesson, coordenador especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio, casado há 20 anos com o arquiteto André Piva.

— Não dá para fechar os olhos para a realidade. Estas famílias existem, estão solidificadas e merecem respeito — afirma a advogada Patrícia Gorisch, presidente da Comissão Nacional de Direito Homoafetivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

**Clique na imagem para ver vídeo sobre as novas famílias:**



### **Família Motta Machado**

A chegada de Tereza foi exatamente como o planejado: em casa, no bairro de Laranjeiras, numa tarde de agosto. Sob a supervisão da enfermeira obstétrica Heloísa Lessa e ao som de Frédéric Chopin, Carol sentiu as primeiras contrações durante a manhã. Ao longo de três horas, andou de um lado para o outro, se acalmou sentada na cadeira de balanço e achou conforto em cima

de uma bola de pilates. Ao lado dela durante todo o trabalho de parto, sem anestesia, estava Kika, também mãe de Tereza.

— Era tanta expectativa e emoção que não dá nem pra descrever o que sentimos — conta a atriz e artista visual Kika Motta, de 33 anos, mãe de primeira viagem, como a mulher, a atriz e bailarina Carol Machado.

Carol é facilmente reconhecida. Fez sucesso em novelas como “Top Model” e “Vamp”, exibidas pela TV Globo entre o fim dos anos 80 e início dos 90, quando ainda era uma adolescente. Na novela que tinha Malu Mader como protagonista, ela era Jane Fonda, uma das filhas do surfista Gaspar, divertido personagem do ator Nuno Leal Maia.

Carol e Kika se conheceram tempos depois, quando eram vizinhas, mas só começaram a namorar após um reencontro, entre uma e outra postura nova aprendida numa aula de ioga. Há oito anos, dividem o mesmo teto.

— Sempre pensamos em ser mães e ficar grávidas. Por uma questão de idade, a escolhida para engravidar primeiro fui eu — explica Carol, de 39 anos, que se submeteu a três inseminações com espermatozoides de doador anônimo.

O tratamento teve início três anos atrás numa clínica em São Paulo. Na primeira tentativa, Carol engravidou, mas perdeu o bebê aos quatro meses de gestação. A segunda não deu certo e, na terceira, veio Tereza, uma linda e sorridente menina de olhos azuis, que nasceu com três quilos e 49 centímetros.

— Como não conhecíamos outro casal que tivesse passado pelo mesmo processo, o caminho foi bem mais difícil— lembra Kika.

As duas revelam que têm forte ligação com seus respectivos pais e que pensavam muito em como seria criar uma criança sem a figura paterna. Estudaram muito, consultaram especialistas e fizeram novas amigas e amigos com histórias semelhantes.

Antes do nascimento da filha, prepararam um verdadeiro dossiê, organizado com a ajuda do pai de Kika, que é advogado. Na mesma pasta, reuniram a união estável das duas e relatórios dos profissionais que acompanharam o

tratamento e o parto, além de menções aos casos de famílias formadas por casais gays que, em outros estados do Brasil, conseguiram, sem qualquer dificuldade, a certidão de nascimento dos filhos no nome deles.

— Fomos o primeiro casal homoafetivo do Rio a conseguir o registro de nascimento direto no cartório, sem precisar recorrer à Justiça. Foi uma conquista e tanto — comemora Carol, que deu à Tereza os sobrenomes menos conhecidos das mães: Rezende Eichler.

Aos 7 meses, Tereza Rezende Eichler começa a engatinhar e descobrir novos cantos da casa onde a família mora com os gatos Café, Cuca e Gaia. Tereza dorme num futton no chão do quarto, que foi decorado pelas mães com diferentes peças de artesanato, como os planetas comprados em Londres que estão pendurados no teto e personagens do Circo Nacional da China, presente de um amigo, que enfeitam a parede. Em cima de uma cômoda ficam várias fotos das três.

Enquanto Carol amamenta e curte a licença-maternidade bem pertinho da filha, Kika, que adora cozinhar, faz o último ano do curso de Escultura na UFRJ. As duas têm uma companhia de teatro e dança, a Finis Cinis, e planejam trabalhos juntas.

Com Tereza, elas vibram com cada novidade, como a chegada do primeiro dentinho e a estreia na aula de natação, na semana passada. Mas também não escondem que ainda ficam desconfortáveis ao falar da vida pessoal.

— A gente não tem obrigação de ficar o tempo todo dando satisfação pra todo mundo. Dependendo da abordagem, pode incomodar, sim — conta Carol, lembrando do dia em que pensaram que Kika era babá de Tereza ou quando ela mesma foi questionada sobre “quem era o que da menina”.

— As pessoas precisam entender que a família tem um significado muito mais amplo e que envolve um sentimento lindo: o amor — resume Kika, que já se prepara para engravidar no ano que vem. — Agora vai ser a minha vez.

## **Família Chagas Bélanger**



A canadense Eve, Adriano e a filha Yanis (Foto: Fábio Seixo)

A quadra da Mangueira já estava lotada para sua tradicional feijoada. O taxista Adriano Chagas saiu cedo de casa, em Jacarepaguá, e lá encontrou um grupo de amigos que, como ele, é fã de samba. Logo que chegou, avistou uma loura com longas madeixas e cara de gringa. Matriculado há dois meses num cursinho de inglês, resolveu colocar à prova o que tinha aprendido.

— Mandei um “what’s your name?” pra ver no que dava. Estava muito barulho e foi aí que comecei a falar mais alto. Ela olhou pra mim rindo e perguntou: “Você não prefere falar em português?” Fiquei com a cara no chão — lembra Adriano, de 37 anos.

Em bom e claro português, o papo foi longe, e logo ele ficaria com Eve Bélanger. Um mês depois, os dois começaram a namorar e, em pouquíssimo tempo, já alugavam juntos um apartamento no Bairro de Fátima. Se Eve entendia tudo o que Adriano dizia, o mesmo não podia se afirmar de Adriano, que achava que a namorada falava muito enrolado.

Nascida e criada no Canadá, Eve tinha pisado pela primeira vez no Brasil anos antes. Trabalhava numa ONG em Montreal, onde morava, e foi convidada para participar de um estágio de dois meses na cidade de Nova Friburgo, em 2000.

— Depois disso, voltei algumas vezes. Não demorou muito pra que eu descobrisse que o meu lugar era aqui — conta Eve, de 41 anos, que em 2005 desembarcou no Rio com todo o dinheiro que tinha guardado até então e uma mala com algumas roupas e um colchonete. — Eu pensava que se tudo desse errado, pelo menos eu teria onde dormir.

Com a ajuda dos amigos, ela deu aulas de inglês e francês e foi trabalhar no AfroReggae como coordenadora de relações internacionais do grupo. Em tempo recorde, virou a mais carioca das cariocas. Frequentava bailes funk nas comunidades e aprendeu a sambar, dançar gafieira e tocar percussão.

Em 2010, o casamento com Adriano aconteceu num cartório em Copacabana, com a presença de alguns familiares e dos amigos mais próximos. Eve usou um vestido comprido tomara que caia branco, mesma cor da camisa de Adriano. No pescoço, tinha um lenço azul indiano; nas mãos, um buquê com flores vermelhas. Dois anos depois, nascia Yanis, uma bebê carequinha, que logo ganharia cabelos pretos bem cacheados.

A escolha do nome da filha é um capítulo à parte. Ele gostava de Pietra e ela achava um absurdo alguém ser chamada de “Pedra”, a tradução do italiano. Eve sugeriu Amélie, e ele soltou uma sonora gargalhada, dizendo que Amélia não era do seu agrado. Yanis, que significa presente de Deus e tem origem hebraica, foi aceito com louvor, mesmo sendo uma opção mais usada para meninos.

— Quando perguntam o nome todo dela, eu nem soletro mais. Pego a carteirinha do plano de saúde e mostro. É mais fácil — confessa o pai.

Filho de uma dona de casa e de um taxista, Adriano vem de uma família simples e grande, com quatro irmãos e três irmãs, mas titubeia quando perguntado se vai ter outro filho. Ela quer, ele se preocupa com as contas. A família mora num conjugado na Lapa tomado por brinquedos de Yanis. Eve continua a dar aulas para brasileiros e estrangeiros e ele é sócio do Guia da Boa, site de programação cultural.

Os olhos azuis e a pele alva costumam chamar a atenção por onde Eve passa, ainda mais quando está ao lado do marido e da filha.

— Fico surpresa quando alguém faz algum comentário, mas não ligo. Quero que Yanis cresça aceitando as diferenças culturais e raciais e tenha a oportunidade de ter uma educação igual ou melhor do que a minha — diz Eve, formada em Artes e Ciências na Universidade de Montreal e também fluente em espanhol.

A bagagem da mulher, que já visitou 29 países, entre China, Marrocos e Índia, ampliou os horizontes do marido.

— Nunca tinha ido ao teatro antes. Ela me mostrou um outro mundo — elogia ele, que nunca saiu do país e que conhece os sogros apenas por Skype. — Hoje até acho que entendo o que eles falam, em francês, mas como não consigo pronunciar as palavras, a gente se comunica por gestos.

O choque cultural entre os dois existe, não há como negar. Enquanto ela reclama que os brasileiros são machistas, ele não aguenta a insistência da mulher para ir à praia, mesmo nos dias nublados.

— Fazer o quê, *né?* Tenho que entender. Ela passou 30 anos no Polo Norte. E eu nem quero imaginar o que seja isso.

## **Família Gouvêa**





Lilian e Rafael Gouvêa: gravidez depois de inseminação (Foto:Fabio Seixo)

Semanas antes de entrar na sala de parto, Lilian Gouvêa já tinha decidido que a companhia naquele momento tão especial seria a da sobrinha e afilhada Natália, na época com 23 anos. Com ela, Lilian tinha certeza de que ficaria tranquila e também que teria ótimas fotos para guardar para o resto da vida. Rafael chegou cheio de saúde, às 7h54m do dia 16 de junho, com 3,630 quilos e 49 centímetros.

— De repente me vi com 40 anos, sem marido ou namorado e qualquer perspectiva de ter um filho. Pensei em adotar, até fiz uma proposta para um amigo gay, mas acabei tomando coragem para bancar uma produção independente — conta a designer de 50 anos, que engravidou aos 46, depois de três fertilizações in vitro com espermatozoides de doadores anônimos.

A descoberta de uma endometriose (doença caracterizada pela presença do endométrio, tecido que reveste o interior do útero, em outros órgãos, como trompas e ovários) fez com que Lilian começasse a pesquisar sobre o assunto. Consultou psicólogo e ginecologista, fez uma avaliação criteriosa e recebeu sugestões de clínicas para iniciar o tratamento.

— Claro que conversei com a minha família antes, mas minhas duas irmãs achavam que eu era louca e que não tinha noção de como seria difícil cuidar de uma criança sozinha — lembra Lilian, que contou com a presença da mãe, Dalva, de 79 anos, em todas as consultas médicas.

Na primeira tentativa, três embriões foram implantados. Quando voltou para casa, um grupo de amigas a esperava com salgadinhos e refrigerantes. Todas tinham por baixo das roupas travesseiros que imitavam barrigas de grávidas. Doze dias depois da festa, ela descobriu que o método não tinha funcionado:

— Fiquei mal, arrasada, e pensei em desistir, mas três meses depois começaria tudo de novo. A diferença é que dessa vez não anunciei pra todo mundo como fiz antes. Pouquíssimas pessoas souberam.

Mais uma vez, os embriões não vingaram. A despesa alta — R\$ 15 mil por procedimento, divididos em várias parcelas no cartão de crédito — quase fez com que ela abandonasse o sonho de ser mãe. Um ano depois da primeira

fertilização, Lilian descobriu que seu plano de saúde poderia cobrir as despesas do tratamento em clínicas conveniadas. Foram outros três embriões, cinco dias de repouso total e, 15 dias depois, um exame confirmaria a gravidez, que seguiu tranquila e sem complicações.

Com o nascimento de Rafael, o apartamento em Ipanema, onde Lilian morava sozinha, ganhou mais um quarto depois de uma reforma. Ela escolheu não ter babá, amamentou até os nove meses e carrega o filho debaixo do braço para cima e para baixo. A rotina dos dois começa bem cedo, às 7h, quando, faça sol ou chuvisco, eles vão para a praia, onde Lilian pratica *beach tennis* e vôlei, e o menino, futebol. Voltam para almoçar em casa e vão a pé para a escola, de ensino católico tradicional, que aceita famílias com diferentes configurações e que, em 2014, não comemorou os dias dos pais e das mães.

— Não escondo de ninguém a história do meu filho, muito menos dele. Um dia, um amiguinho perguntou se era verdade que ele não tinha pai. Foi aí que ele respondeu: “Tenho sim. O meu *paidinho*”, sobre o tio e padrinho.

No dia a dia, as decisões a serem tomadas sozinha costumam pesar.

— Quando ele fica com febre. Esta é a hora que eu realmente me desespero. Penso em como seria bom dividir as responsabilidades com outra pessoa ou ter uma segunda opinião. Mas, olha, isso não é nada que tire o meu sono — garante. — Se tem uma coisa que me incomoda é quando alguém me chama de vovó. Isso eu não gosto.

Entre as amigas, quase todas já com netos, Rafael, que acompanha a mãe nos almoços e em viagens, virou o xodó.

— Senti uma imensa felicidade com a chegada do Rafinha. Ele não só mudou a vida da Lili, como a nossa também — conta a parceira do vôlei Maria Darci Giosa.

— É por isso que digo: o que mais posso querer? — pergunta-se Lilian, com os olhos marejados, enquanto o filho de 3 anos e 9 meses mostra os brinquedos que espalhou pelo chão da sala. — Rafael me dá as maiores alegrias, mas o meu objetivo é prepará-lo para o mundo. Quero passar pra ele os valores em que acredito, com verdade e amor, para que ele possa voar

bem longe e ter orgulho da família que tem.

## **Família Torres Prodan**



Família Torres Prodan (Foto: Fábio Seixo / O Globo)

Um reencontro por acaso num shopping em Botafogo virou do avesso a vida de Fabiana Torres e Gian Prodan. Os dois se conheceram quando ainda eram casados. Frequentavam a casa um do outro, eram amigos dos cônjuges um do outro e acabaram se separando na mesma época. Ela ficou sozinha, cuidando dos dois filhos pequenos. Ele também. Sem notícias há algum tempo, o quase esbarrão na escada rolante rendeu uma conversa animada, um convite para a ceia de Natal e, pouco tempo depois, um namoro.

— A gente tinha a mesma configuração de família desfeita e passava por desafios semelhantes, com a responsabilidade de criar, cada um, duas crianças, sem a ajuda de mais ninguém — conta Fabiana, de 43 anos, mãe de Leon, hoje com 17 anos, e Gabriel, de 15.

Juntar quatro meninos não foi tarefa das mais fáceis para o casal. Era ciúme de um lado e implicância do outro. Com uma diferença de idade pequena (os filhos de Gian são Pedro, de 20 anos, e Gianluca, de 16), eles logo ficariam

amigos. Mas antes disso os pais já juntavam as escovas de dentes.

— Tem gente que quase enlouquece com um único filho. Você pode imaginar o que é criar seis? — questiona o patriarca, de 58 anos, que teve com Fabiana Nicolas, de 6 anos, e Alessandro, de 3. — É difícil, claro. Ainda mais na minha idade. Não tenho mais a mesma energia de antes. Bastam apenas 15 minutos, e eles conseguem deixar tudo fora do lugar.

Para amenizar o trabalho dos pais, cada um tem as próprias tarefas domésticas, ainda que nem sempre cumpridas. Leon limpa o quintal, corta a grama e cuida dos animais. Pedro dá comida para os caçulas. Gianluca ajuda no lazer dos menores, organizando partidas de futebol. E Gabriel vai ao banco e ao mercado sempre que é preciso.

A (grande) família Torres Prodan mora com um gato e dois cachorros (já foram 12!) numa espaçosa casa de quatro quartos num condomínio no Itanhangá. Cinco anos atrás, a mãe de Fabiana, Maria Dolores Torres, de 84 anos, deixou a cidade natal de Recife para se juntar aos oito.

— Pelo menos, tenho companhia sempre. É uma bagunça, mas eu gosto — sussurra Maria Dolores, afundada numa poltrona vermelha, enquanto os netos correm de um lado para o outro.

— Está sempre tudo tão desorganizado que nem me estresso mais. E qualquer saidinha é um evento. Sei que as pessoas olham pra gente com dó, e pensam: “Coitados deles, quanta despesa devem ter...” — diz Fabiana, que mantém um grupo no WhatsApp com os meninos para (tentar) tomar as rédeas de tantas funções.

De fato, as contas são bem altas, e o casal sua a camisa para não ficar no vermelho. Fabiana é estilista e faz consultoria de moda, já Gian tem seu próprio negócio, uma empresa de tecnologia. As despesas mensais chegam, em média, a R\$ 15 mil. Tirando o filho mais velho, que cursa Sistemas de Informação na Universidade Federal Fluminense (UFF), todos os outros estudam em escolas particulares. As compras são feitas, na maioria das vezes, em grande quantidade, e de acordo com as ofertas do dia.

— O meu sonho é que eles consigam pagar, pelo menos, as próprias

despesas. Conto os dias para isso acontecer — afirma o pai, enquanto puxa o caçula da beira da piscina. — É uma loucura. Ele não para um segundo.

Gabriel, o mais novo do casamento anterior de Fabiana, acha divertido fazer parte de uma família, em suas próprias palavras, “confusa”, e admite ter preguiça de explicar “quem é irmão de quem ou quem é pai de quem”.

— Demora, e nem sempre os outros entendem de primeira — justifica.

Recentemente, Gianluca, filho do primeiro casamento de Gian — único que não participou da sessão de fotos —, foi morar com o padrasto em Teresópolis. Leon, o mais velho de Fabiana, costuma ficar de segunda a sexta-feira na casa do pai, na Barra.

— Eu amo os meus irmãos, mas preciso de sossego, sabe? O negócio é que acabo sentindo tanta falta deles que venho todo fim de semana pra cá — conta Leon, com os olhos vidrados no videogame que jogava.

— Costumo dizer que as tarefas mais fáceis são as mais complicadas para gente. Todos os casais que conheço reclamam da rotina, *né*? Vou te falar que era tudo o que eu queria na vida — desabafa Fabiana.

## **Família Gladstone Canuto**



Fabio, com o buldogue Hugo, Marcos e os filhos Felipe (à esquerda) e Davidson (Foto: Fabio Seixo)

Já era noite de uma quarta-feira quando Fabio Inácio Canuto saiu do trabalho, na Cinelândia, rumo à Lapa. Não demorou a encontrar o lugar que procurava, no terceiro andar de um antigo sobrado da Rua Mem de Sá. Um tanto desconfortável, sentou-se numa das últimas filas. A pregação já tinha começado e ele ouviu com atenção cada frase dita pelo pastor. Era a primeira vez que pisava numa igreja em que, segundo ele, era recebido sem qualquer questionamento ou recriminação.

— Foi uma sensação de alívio e acolhimento que nunca tinha sentido antes — lembra o administrador de 35 anos sobre a primeira vez na Igreja Cristã Contemporânea. — Tinha uma noiva e nasci numa família evangélica. Fiz tudo que você pode imaginar para achar uma “cura” e, durante muito tempo, fui obrigado a esconder a minha homossexualidade.

Na igreja da Lapa, gays eram muito bem-vindos, e as visitas de Fabio se tornaram cada vez mais frequentes nos meses seguintes. Ele fez novos amigos e acabou também arrumando um namorado: o pastor.

— Não foi exatamente amor à primeira vista, mas um encontro especial que virou um compromisso de um ano e meio, noivado e casamento — diz Marcos

Gladstone, de 39 anos, que fundou a igreja em 2006 e hoje tem a ajuda do marido nos cultos e na administração dos nove templos, no Rio, em Belo Horizonte e em São Paulo.

O casório dos dois, o primeiro entre pastores homossexuais do país, aconteceu em novembro de 2009. Os dois reuniram 300 convidados numa casa de festas no Alto da Boa Vista, com direito a decoração com flores, bolo de dois andares e lua de mel na Costa do Sauípe, na Bahia. No ano seguinte, Fabio convenceu Marcos de que já era hora de dar continuação à família, e entraram juntos com um processo de adoção. Na primeira reunião, eram os únicos declaradamente homossexuais entre outros 30 casais. Eles dizem que “chegou a bater um desânimo”, mas, apenas duas reuniões depois, receberam uma ligação falando de Felipe.

Quando definiu o perfil da criança que estava disposto a adotar, o casal não fez restrição de sexo e cor, mas teria que ter até 7 anos — idade que o menino completaria em 15 dias. Correram para conseguir a autorização para visitá-lo num abrigo em Santa Teresa, que fecharia em breve, e onde também estavam quatro outros garotos. A aproximação foi lenta e cercada de desconfiança por parte de Felipe, que fora abandonado pela mãe anos antes.

— Ele falava pouco e era muito observador. No primeiro fim de semana que ficamos juntos, perguntei se ele tinha reparado que a nossa família seria diferente, sem uma mãe. Ele respondeu que sim e que não se importava. Foi o dia mais feliz da minha vida — conta Fabio.

Um mês depois, um telefonema de um funcionário da Vara da Infância, Juventude e Idoso avisava que outro garoto do abrigo estava entrando em processo de depressão desde a saída de Felipe. Não era plano de Marcos e Fabio, mas não é que Davidson também foi adotado?

Hoje, os quatro e o buldogue francês Hugo, de 8 meses, moram num apartamento alugado num condomínio na Barra, onde cada um dos meninos, de 11 e 12 anos, tem seu quarto. Felipe e Davidson estudam em escolas particulares, fazem aulas de futebol três vezes por semana, amam jogos eletrônicos e são cercados de mimos pelas duas avós, que se revezam nos fins de semana na ajuda com os netos. No dia a dia, nem tudo é só alegria.

Pai Fabio e pai Marcos (como os dois são chamados) são alvo de crítica e preconceito.

— A gente sempre é a atração do aeroporto. É um tal de chamar supervisor e mostrar documento que você não acredita. É um parto para embarcar — diz Marcos, também advogado e integrante da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB/RJ.

Para os patriarcas da família Gladstone Canuto, uma rotina com regras bem definidas é fundamental.

— Não dá para negar que nossos filhos têm histórias de muita dor e sofrimento. Por isso, fazemos terapia em família uma vez por semana. Falaram para a gente que a ordem tinha que ser instaurada já no início, porque senão os dois dominariam a casa. Viramos dois sargentos, mas no fim de semana a brincadeira é liberada — garante Fabio, que agora sonha em adotar uma menina. — Só falta uma bebê para a família ficar completa. Mas se vierem mais, tudo bem também.

*Roberta Salomone*

***Acesse no site de origem:*** [\*As novas famílias: histórias que representam algumas das configurações familiares no Brasil \(O Globo, 29/03/2015\)\*](#)

---

## **Ministra do STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo**

***(Agência Brasil, 19/03/2015)*** A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou recurso do Ministério Público do Paraná e manteve decisão que autorizou a adoção de crianças por um casal



homoafetivo. Na decisão, a ministra argumentou que o conceito de família não pode ser restrito por se tratar de casais homoafetivos.

No entendimento de Cármen Lúcia, o conceito de família, com regras de visibilidade, continuidade e durabilidade, também pode ser aplicado a pessoas do mesmo sexo.

“O conceito contrário implicaria forçar o nosso Magno Texto a incorrer, ele mesmo, em discurso indisfarçavelmente preconceituoso ou homofóbico”, justificou a ministra na decisão. Segundo ela, “a isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família”.

A decisão de Cármen Lúcia foi baseada na decisão do plenário do Supremo, que reconheceu, em 2011, por unanimidade, a união estável de parceiros do mesmo sexo. Na ocasião, o ministro Ayres Britto, então relator da ação, entendeu que “a Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva”.

A decisão foi assinada no dia 5 de março e publicada na última terça-feira (17).

*André Richter - Repórter da Agência Brasil*

*Edição: Luana Lourenço*

*Acesse no site de origem: [Ministra do STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo \(Agência Brasil, 19/03/2015\)](#)*

---

# Intolerância brutal: Brasil hostiliza relações entre pessoas do mesmo sexo, por Flávia Oliveira

*(O Globo, 11/03/2015) Se há chance de a homofobia ter matado Peterson, é porque o Brasil, de fato, hostiliza relações entre pessoas do mesmo sexo*

Um elenco para lá de talentoso cantava a vida de Cássia Eller, anteontem à noite, no Rio. A trajetória da cantora de voz rascante e olhar tímido, reproduzidos à perfeição pela protagonista do musical, Tacy Campos, é um libelo à liberdade de amar. No palco, as paixões desfilam com a naturalidade que merecem ter. Num dado momento, a plateia até ensaiou um alívio, porque uma impossibilidade da convivência de Cássia e Maria Eugênia, o casamento civil, foi superada na década seguinte à morte da cantora, em 2001, após decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Infelizmente, na saída do teatro, a brutalidade da vida real tomou o ar, sem cerimônia. Horas antes, morria, em Ferraz de Vasconcelos (SP), Peterson Ricardo Teixeira de Oliveira, o estudante de 14 anos que teria sido agredido dentro da escola por ser filho de um casal homossexual.

***Leia também:*** [Escolas não estão preparadas para combater homofobia, dizem especialistas \(Correio Braziliense, 11/03/2015\)](#)

O episódio comoveu corações que creem na igualdade e renegam o ambiente de intolerância, que se alastra pelo país em discursos e atos de autointitulados homens de Deus. Com Peterson internado, os pais teriam descoberto perseguições e agressões físicas aplicadas por colegas. A Secretaria estadual de Educação nega briga em sala de aula no dia em que o estudante foi hospitalizado. A polícia investiga.

Qualquer que seja o resultado do inquérito, a sociedade brasileira já é culpada. Se a hipótese de a homofobia estar por trás da morte do adolescente

causou mais indignação do que incredulidade, é porque o Brasil, de fato, hostiliza as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Setores conservadores da política e da religião tratam a homossexualidade como doença, diagnóstico banido pelo Conselho Federal de Psicologia em 1985. Insurgem-se contra o casamento gay, instituído em resolução do CNJ há dois anos. Ameaçam proibir a adoção por casais do mesmo sexo e restringir a definição de família aos pares formados por homem e mulher. E permitem uma escalada de violência homo e transfóbica, que tirou a vida de 312 pessoas só em 2013, segundo o Grupo Gay da Bahia. O assunto até mereceu referência em texto sobre o Brasil no recém-lançado informe da Anistia Internacional sobre direitos humanos no mundo em 2014-2015.

Peterson morreu no mesmo dia em que, ao sancionar a Lei do Feminicídio, Dilma Rousseff lembrou o país da ocorrência dos crimes de racismo contra os negros e de intolerância e violência contra os LGBT. “Existem brasileiros que enxergam como exagero essa lei. Consideram excessivas leis que punem os racistas, porque acham que não há racismo no Brasil; não veem razão para leis que punam a violência contra a população LGBT, porque acham que a homofobia não é um problema relevante... Essa visão do mundo, ela não é real e nós não a aceitamos”, declarou a presidente da República.

Que não sejam “Palavras apenas/ Palavras ao vento”, como nos versos da canção de Moraes Moreira e Marisa Monte imortalizada na voz de Cássia Eller. Na campanha à reeleição, Dilma prometeu empenho para aprovar a legislação que criminaliza a homofobia. Um texto de 2006 foi arquivado no Senado no início deste ano, após tramitar, sem avanços, por duas legislaturas seguidas. A retomada do projeto, que sofre resistência da bancada evangélica e também do Exército, seria justa homenagem a tantos brasileiros que tombaram em razão da discriminação homicida que envergonha o país.

***Acesse o PDF: [Intolerância brutal: Brasil hostiliza relações entre pessoas do mesmo sexo, por Flávia Oliveira \(O Globo, 11/03/2015\)](#)***

---

# **Estatuto da Família: atentado à dignidade e aos direitos humanos, por Erika Kokay**

*(Época, 09/03/2015) O Estatuto da Família ignora as mudanças na sociedade e o avanço da tolerância, ao tentar impor uma visão única*

A proposta do Estatuto da Família (PL 6.583, de 2013) é uma tentativa de negar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer o casamento civil homoafetivo. O projeto considera família apenas “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher por meio de casamento ou união estável, ou ainda formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. O relator do projeto pretende perenizar essa concepção como modelo único e levá-la às escolas. O projeto não apenas nega a diversidade dos vários arranjos familiares presentes na sociedade, como propõe a criação de um conselho que, por admitir apenas um tipo de família, se aproxima de uma concepção fascista. Em 2014, ao pedir vista, seguida por outros parlamentares, evitei que o parecer fosse aprovado, na última reunião da Comissão Especial que examinava o tema. Com o desarquivamento dessa proposta na Câmara, será necessário mobilizar, mais uma vez, o apoio da opinião pública para evitar sua aprovação.

***Leia mais:*** [Medicina policialesca \(Folha de S. Paulo, 07/03/2015\)](#)

A Constituição já foi interpretada por quem tem essa responsabilidade: o STF. A decisão histórica da Suprema Corte não se embasou em uma lei que permita o casamento civil homoafetivo, pois essa lei nunca existiu, nem precisaria existir. Mais ainda: a decisão do STF mostrou que nenhuma lei que busque suprimir os direitos das pessoas homoafetivas encontrará guarida naquela Corte. O Judiciário não modificou o conceito de família, incluindo a homoafetiva, por um ato unilateral. Isso foi feito porque esse tipo de família já tem reconhecimento e espaço de convivência na sociedade brasileira.

Uma leitura do parecer mostra que o relator do projeto na Câmara o

escreveu com as tintas do ódio homofóbico. Tentou dar foros de constitucionalidade a algo inconstitucional e atentatório ao sistema legal. É inadmissível um relatório que afaste os conceitos de família e afeto. O relator tenta justificar seu preconceito, ao sustentar que a) é preferível deixar crianças em abrigos a autorizar sua adoção por famílias homoafetivas, b) famílias homoafetivas causam prejuízo ao Erário e c) afetividade é um tipo de egoísmo. O relator buscou levar insegurança jurídica às famílias homoafetivas, a fim de alimentar um projeto de poder que pressupõe a hierarquização dos seres humanos e o rompimento da laicidade do Estado.

A realidade social brasileira mudou muito nas últimas décadas. Hoje, pessoas com orientações sexuais das mais diversas não vivem mais nas sombras. Atualmente, o conceito de família vai muito além do núcleo homem-mulher-descendentes. Parte das crianças convive com ex-cônjuges da mãe ou do pai, tem irmãos unilaterais, é criada por avós ou tios. O direito de família está em transformação e cabe ao legislador reconhecer as mudanças. Quando o legislador se omite, os tribunais apenas reconhecem em suas decisões o que a sociedade já reconheceu.

É preciso aprender a conviver na diversidade e no respeito ao Estado Democrático de Direito. Ao pretender excluir os inúmeros outros arranjos familiares - pelo menos 11 -, a proposta de Estatuto da Família os joga na doída vala da discriminação. Em uma sociedade heteronormativa e com tantas marcas homofóbicas, propostas como essa significam um escárnio, um acinte, um desdém à dor das vítimas da discriminação, à própria democracia e ao avanço ao direito de ser, de amar e de viver a nossa humanidade de forma integral e universal. São proposições que esbofeteiam a democracia e pisoteiam a Constituição. Um retrocesso inaceitável!

***Acesse no site de origem: [Estatuto da Família: atentado à dignidade e aos direitos humanos, por Erika Kokay \(Época, 09/03/2015\)](#)***

---

# Internautas se mobilizam em ‘defesa de todas as famílias’

*(O Estado de S. Paulo, 24/02/2015) ‘Facebookaço’ e ‘tuitaço’ foram marcados para as 12h; depoimento de jornalista sobre a adoção do filho marcou apoio ao ato*

Milhares de pessoas participaram nesta terça-feira, 24, de um “facebookaço” e de um “tuitaço” contra o Projeto de Lei 6.583, chamado de Estatuto da Família, que pretende oficializar como “família” apenas núcleos formados a partir da união entre um homem e uma mulher. Apresentado em 2013 pelo deputado evangélico Anderson Ferreira (PR-PE), o projeto acaba de ser desarquivado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e tem por objetivo impedir que casais homossexuais adotem crianças.

***Leia mais:*** [Rejeitado por heterossexuais ‘por ser negro demais’, menino é adotado por casal gay \(Brasil Post, 24/02/2015\)](#)

A partir do meio-dia desta terça, internautas de todo o País lançaram a iniciativa nas redes sociais usando a hashtag #emdefesadetodasasfamílias. O intuito era mostrar que a família não é formada apenas por casais heterossexuais.

Ao blog do Estado Ser mãe é padecer na internet, de Rita Lisauskas, o jornalista Gilberto Scofield Jr. divulgou um depoimento sobre a adoção de seu filho, que havia sido rejeitado por três casais heterossexuais.

“Antes de nós, três casais heterossexuais já haviam visitado PH no abrigo e o rejeitaram: dois porque o acharam ‘muito feio’. O terceiro porque PH era ‘negro demais’. Hoje, completamos quatro meses com ele no Rio, em nossas vidas. Ele está em um pré-escolar, frequenta aulas de natação e ginástica e não poderia estar mais feliz com as novidades da nova vida”, afirmou Scofield Jr.

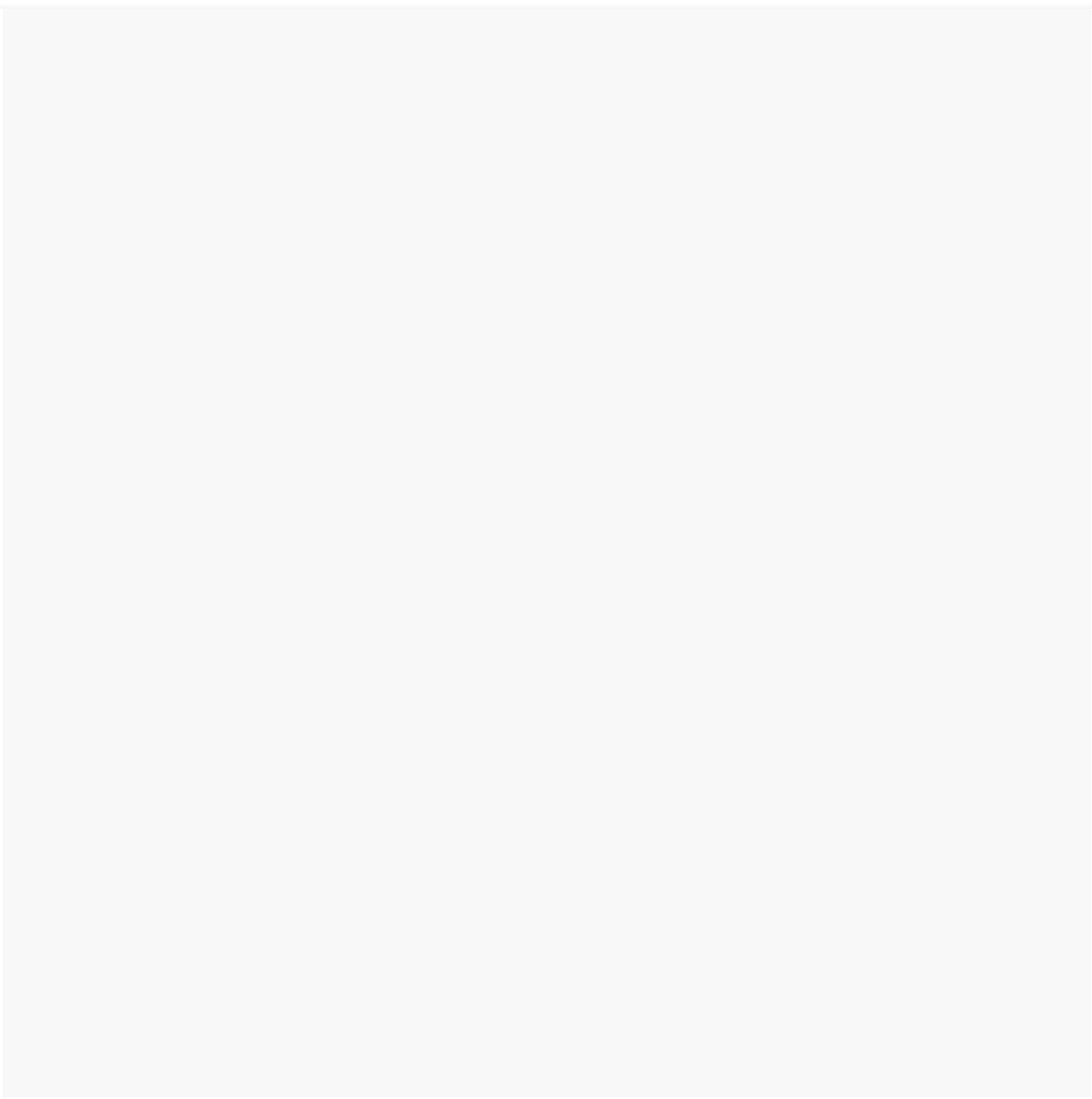
O jornalista recorda que existe farta literatura científica provando que crianças criadas por casais homossexuais não diferem em nada daquelas

criadas por casais heterossexuais.

Ele ainda manda um recado para o presidente da Câmara dos Deputados. “A paternidade virtuosa não é um monopólio da heterossexualidade. E, caso a sua religião não pregue a tolerância (Cunha é evangélico), preste atenção a um fato muito simples: toda criança adotada por um casal de gays ou de lésbicas foi abandonadas, espancada, negligenciada por um casal heterossexual, esse mesmo que o senhor julga ser o único capaz de criar filhos ‘normais’.”

Entre os apoiadores e participantes da iniciativa nas redes sociais estavam o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o escritor Ricardo Lísias e o estilista e designer Carlos Tufvesson.





#emdefesadetodasasfamílias

*Uma foto publicada por Tatiane (@tatydoliveira) em Fev 24, 2015 às 10:34 PST*

*Se tem amor, não falta nada [#emdefesadetodasasfamílias](#) — Isabela Clerot (@belaclerot) [24 fevereiro 2015](#)*

[#emdefesadetodasasfamílias pic.twitter.com/rdENGjH6Gv](#)

*— Priscila Lopes (@priscila0pes) [24 fevereiro 2015](#)*



*Não acredito que em pleno século 18 estamos falando sobre proibir gays de formarem uma família... [#emdefesadetodasasfamílias](#)*

— Paulo Eduardo (@paulo\_cantuaria) [24 fevereiro 2015](#)

*[#emdefesadetodasasfamílias](#) Até quando vamos deixar conceitos e repressões religiosas oprimirem o que é de fato... <http://t.co/jWjsV80YHf>*

— William Koike (@willkoike) [24 fevereiro 2015](#)

*[#emdefesadetodasasfamílias](#) [pic.twitter.com/sIERW3n5XN](http://pic.twitter.com/sIERW3n5XN)*

— Suylene Tatiany (@SuyleneTatiany) [24 fevereiro 2015](#)

*[#emdefesadetodasasfamílias](#) Pq independente da opção d constituir família, importante é arcar com muito amor a decisão!  
[pic.twitter.com/g9g1tR8YNK](http://pic.twitter.com/g9g1tR8YNK)*

— Show Time (@superrrita) [24 fevereiro 2015](#)

Mônica Reolom

**Acesse o PDF:** [Internautas se mobilizam em 'defesa de todas as famílias' \(O Estado de S. Paulo, 24/02/2015\)](#)